

# ARVoRe VI RELATÓRIO INTERCALAR

Programa de apoio ao retorno voluntário e à reintegração  
SETEMBRO 2016 - DEZEMBRO 2017



## OIM e Apoio ao Retorno Voluntário

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) considera a assistência ao retorno voluntário e à reintegração como uma componente fundamental de apoio aos migrantes, sendo uma das atividades principais levadas a cabo pela Organização.

O Retorno Voluntário Assistido é parte integrante de uma abordagem compreensiva da gestão das migrações e tem por objetivo o retorno de uma forma ordenada, humana e sustentável bem como a reintegração no país de origem dos migrantes que não têm as condições para permanecer nos países de acolhimento, e que desejam regressar voluntariamente ao seu país de origem.

**Em 2017, 50 000 migrantes tiveram apoio ao retorno voluntário para 151 países de origem a partir da UE + Suíça e Noruega.**

*A Organização encara este tipo de medidas, não como uma atividade isolada, mas sim como uma peça integrante da gestão das migrações, partindo do princípio que uma migração ordenada beneficia todas as partes envolvidas no processo migratório.*



## **Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração em Portugal**

Em Portugal, a OIM implementa o Programa de Retorno Voluntário desde 2001 através do Protocolo assinado com o Governo de Portugal. A partir de 2009, o Programa passou a ser cofinanciado pelo Fundo de Regresso.

O atual Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRe VI), com duração desde Setembro de 2016 até Dezembro de 2018, está a ser financiado pelo Fundo Asilo Migração e Integração (FAMI) e pelo Governo Português.

O Programa oferece apoio a migrantes em situação vulnerável, requerentes de asilo cujo pedido tenha sido recusado ou esteja dependente de decisão final, refugiados ou pessoas sob proteção temporária, que pretendam regressar voluntariamente ao seu país de origem (ou, em casos muito excepcionais, a um país terceiro onde a sua admissão esteja garantida) e não tenham condições financeiras para o fazer.

O apoio do Programa é limitado a pessoas que não são nacionais da UE e/ou familiares de cidadãos nacionais da UE.

O presente relatório analisa os principais dados estatísticos e atividades implementadas no âmbito do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração no período compreendido entre 1 de Setembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2017.

**Desde 2001, a OIM em Portugal assistiu mais de 6300 pessoas que regressaram para mais de 60 países.**

OIM e o Apoio ao Retorno Voluntário  
Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração em Portugal

## **1 PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS**

**1.1** Pessoas Inscritas pela Rede de Informação e Aconselhamento

## **2 PERFIL DOS CANDIDATOS RETORNADOS**

**2.1** Nacionalidade

**2.2** Género

**2.3** Tipologia dos Processos de Retorno

**2.4** Faixa Etária

**2.5** Estado Civil

**2.6** Situação Migratória

**2.7** Tempo de Permanência em Portugal

**2.8** Nível de Escolaridade

**2.9** Local de Residência

**2.10** Setor de Atividade

**2.11** Principais Dificuldades Sentidas em Portugal

## **3 ATIVIDADES**

**3.1** Informação e Aconselhamento aos Beneficiários

**3.2** Assistência Operacional

**3.3** Redes e Parcerias

**3.4** Divulgação do Programa ARVoRe VI

**3.5** Sustentabilidade da Reintegração no âmbito do retorno voluntário assistido

## **4 APOIO À REINTEGRAÇÃO**

**4.1** Países de Retorno

**4.2** Tipologia do Plano Individual de Reintegração (PIR)

**4.3** Idade e Género

**4.4** Implementação do Plano Individual de Reintegração

**4.5** Monitorização da Reintegração



## **GRÁFICOS**

- 1 N° de pessoas inscritas e Retornadas entre 2013 e 2017
- 2 Entrevistas realizadas pelos técnicos da rede por grupo de instituições entre 2016 e 2017 (%)
- 3 Total de embarcados vs nº de embarcados para o Brasil, 2011 - 2017
- 4 Distribuição dos retornados por Género - 2016/2017
- 5 Retorno individual e retornos de agregados entre 2016 e 2017
- 6 Distribuição dos retornados por faixa etária (% do total entre 2016 e 2017)
- 7 Estado civil dos retornados entre 2016 e 2017
- 8 Distribuição dos retornados por situação migratória entre 2016 e 2017
- 9 Distribuição dos cidadãos retornados por período de chegada a Portugal entre 2016 e 2017
- 10 Qualificação dos candidatos retornados entre 2016 e 2017
- 11 Sectores de atividade dos candidatos principais em 2016 e 2017
- 12 Principais dificuldades identificadas pelos candidatos principais em 2016 e 2017
- 13 Acompanhamento e monitorização por nacionalidade
- 14 Tipologia do Apoio
- 15 Distribuição por idade e género
- 16 Satisfação com o regresso ao país de origem e adaptação à vida no país de origem
- 17 Dificuldades encontradas durante o 1.º mês no país de origem
- 18 Mudança na vida conjugal e Situação relativamente à habitação
- 19 Autossuficiência financeira e forma de sustento
- 20 Igualdade no acesso à saúde e ao mercado laboral
- 21 Mudança do Plano Individual de Reintegração
- 22 Experiência na área de negócio e perspetiva de autossuficiência a seis meses
- 23 Fase do negócio após um mês de retorno
- 24 Satisfação com o aconselhamento da OIM Portugal

## **TABELAS**

- 1 Entrevistas realizadas pelos técnicos da Rede de Informação e Aconselhamento entre 2016 e 2017
- 2 Percentagem do total de pessoas retornadas por principal nacionalidade entre 2016 e 2017

# 1 PRINCIPAIS DADOS ESTATÍSTICOS

Perfil dos retornados entre Setembro de 2016 e Dezembro de 2017



**327** Pessoas

Retornaram ao seu país de origem

---



**563** Pessoas

Inscreveram-se no Programa

---



**99** Pessoas

Cancelaram o seu processo

---



**58** Dias

Foi o tempo médio da análise dos processos

---



**59%** das inscrições foram encaminhadas por parceiros e  
**73%** dos pedidos tiveram origem na Área de Lisboa



**87%** dos retornados regressaram ao Brasil



**51%** dos retornados eram do sexo masculino



**69%** dos retornados estavam em idade activa e  
**27%** dos retornados eram menores a acompanhar o agregado



**29%** dos candidatos retornados estavam em situação de desemprego



**28%** dos retornados trabalhavam em prestação de serviços e  
**14%** dos retornados trabalhavam na construção civil



**48%** dos retornados possuíam habilitações ao nível do ensino secundário e  
**30%** dos retornados possuíam habilitações ao nível do ensino básico



**85%** dos retornados estavam em Portugal há menos de cinco anos



**91%** dos retornados estavam em situação irregular à data da entrevista

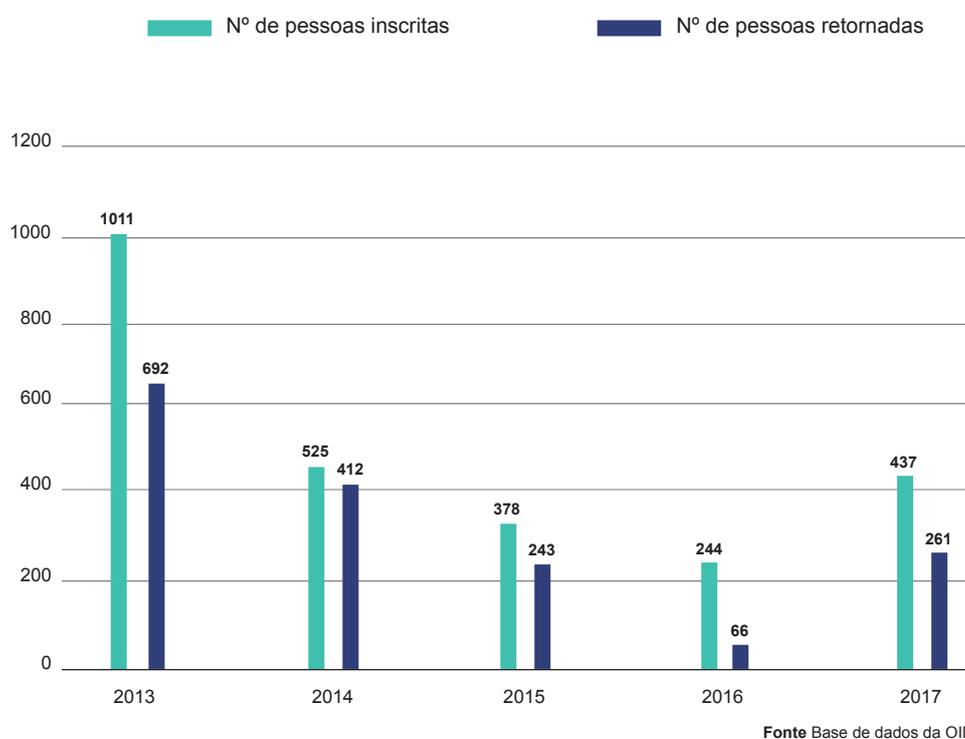
Entre Setembro de 2016 e Dezembro de 2017, inscreveram-se no Programa 563 pessoas, das quais 126 em 2016<sup>1</sup> e 437 em 2017. Regressaram 327 pessoas, das quais 66 em 2016 e 261 em 2017. Estes valores, analisados tendo em consideração cada ano civil, correspondem a um aumento em 2017 em relação aos dois anos anteriores. As iniciativas relacionadas com a visibilidade do Programa, nomeadamente o lançamento do website, publicação e disseminação de novos materiais informativos e com a produção de um spot TV/Rádio terão contribuído grandemente para este aumento.

No mesmo período, foram cancelados processos referentes a 99 pessoas, foram suspensos processos referentes a 14 pessoas e recusados processos referentes a 10 pessoas.

As principais razões para cancelamento foram o regresso por meios próprios e a solicitação de cancelamento pelo beneficiário enquanto os pedidos de suspensão estão relacionados com não estarem reunidas condições para o regresso.

No que diz respeito aos pedidos recusados, são sobretudo cidadãos não elegíveis para benefício do apoio por serem cidadãos nacionais da UE ou familiares de cidadãos da UE.

**Gráfico 1 N° de pessoas inscritas e retornadas entre 2013 e 2017**



<sup>1</sup> O total de pessoas inscritas em 2016 foi 244 sendo que entre Setembro e Dezembro desse ano se registaram 126 inscrições, contabilizados para efeito de análise neste relatório, no âmbito do Projeto ARVoRe VI.

## 1.1 Pessoas Inscritas pela Rede de Informação e Aconselhamento

Para além das inscrições realizadas diretamente no escritório da Organização em Lisboa, a Rede de Informação e Aconselhamento tem prestado um apoio fundamental a este nível. A tabela seguinte evidência os encaminhamentos efetuados por cada ponto de aconselhamento nesse período.

**Tabela 1 Entrevistas realizadas pelos técnicos da Rede de Informação e Aconselhamento entre 2016 e 2017**

ALCC	2	0,6%
ASSACM	2	0,6%
CAJP II	2	0,6%
CAPELA	1	0,3%
CLAIM Aveiro	7	2,0%
CVP Delegação de Braga	7	2,0%
CLAIM Guimarães	1	0,3%
CLAIM Laranjeiro	7	2,0%
CLAIM Óbidos	2	0,6%
CLAIM Portimão	1	0,3%
CLAIM Salvaterra de Magos	2	0,6%
CLAIM Seixal	2	0,6%
CLAIM Sintra	5	1,4%
CLAIM VFXira	2	0,6%
CNAIM Faro	8	2,3%
CNAIM Lisboa	90	25,6%
CNAIM Porto	27	7,7%
S. Cirilo	3	0,9%
Dir. Reg. Comunidades - Açores	2	0,6%
JRS	6	1,7%
SDM Funchal	2	0,6%
SEF Castelo Branco	1	0,3%
SEF Portimão	2	0,6%
SEI	6	1,7%
OIM	144	40,9%
Outros <sup>2</sup>	18	5,1%
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>100,0%</b>

Fonte Base de dados da OIM

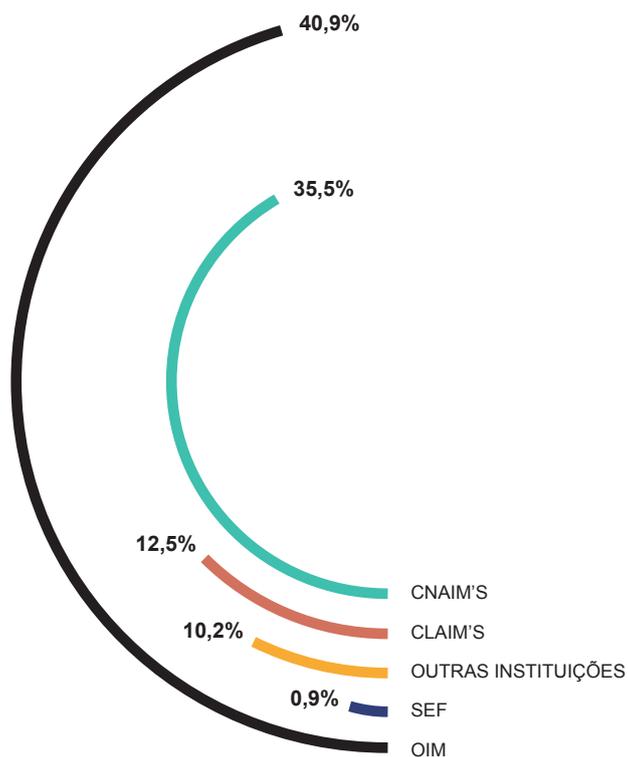
**Nota** O n.º de entrevistas pode não coincidir com o n.º de pessoas inscritas, sendo que uma entrevista pode incluir um núcleo familiar composto por mais do que uma pessoa.

<sup>2</sup> Santa Casa da Misericórdia de Merceana, Câmara Municipal da Lousã, SAAS Mortágua, Hospital S. Francisco Xavier, Saúde em Português, APF, CLAIM Alenquer, CLAIM Odemira, Hospital Barreiro-Montijo.

Em geral, não se registaram neste período diferenças significativas na distribuição dos encaminhamentos em relação a períodos anteriores. 24 dos cerca de 60 parceiros identificados, encaminharam pedidos, destes, destacamos a contribuição dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes em Lisboa, Porto e Faro (que em conjunto representaram 35% dos encaminhamentos) e dos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes que representaram 12% do total de entrevistas. O Gráfico 2 resume a distribuição das entrevistas realizadas pelos demais parceiros agrupados por categorias de instituições.

**A OIM realizou um total de 144 entrevistas que correspondem a 41% do total, enquanto que os técnicos da rede foram responsáveis por 59% do total de entrevistas (208).**

**Gráfico 2** Entrevistas realizadas pelos técnicos da rede por grupo de instituições entre 2016 e 2017 (%)



Fonte Base de dados da OIM

## 2 PERFIL DOS CANDIDATOS RETORNADOS

Analisaremos de seguida os dados relativos ao perfil dos cidadãos retornados no âmbito do Programa ARVoRe VI até 31 de dezembro de 2017.<sup>3</sup>

### 2.1 Nacionalidade

Entre Setembro de 2016 e Dezembro de 2017 observa-se a mesma tendência registada nos últimos anos (Tabela 2): a predominância dos cidadãos de nacionalidade brasileira (190 que correspondem a 87% do total de cidadãos apoiados). Seguem-se os nacionais de Angola, São Tomé e Príncipe e Ucrânia (8, 7 e 6 cidadãos apoiados respetivamente) que representaram 2% do total de candidatos. De seguida, surgem os nacionais de Cabo Verde, China e Venezuela, representando cada 1% do total. Por último, regista-se ainda um grupo de países cuja presença não é significativa - representando cada um menos de 1% do total, são eles: Bangladesh, Moldávia, Guiné-Bissau e Colômbia. Em conjunto, este grupo de países representam 2% do total de pessoas inscritas.

#### EXISTE UMA PREPONDERÂNCIA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA.

**Tabela 2** Percentagem do total de pessoas retornadas por principal nacionalidade entre 2016 e 2017

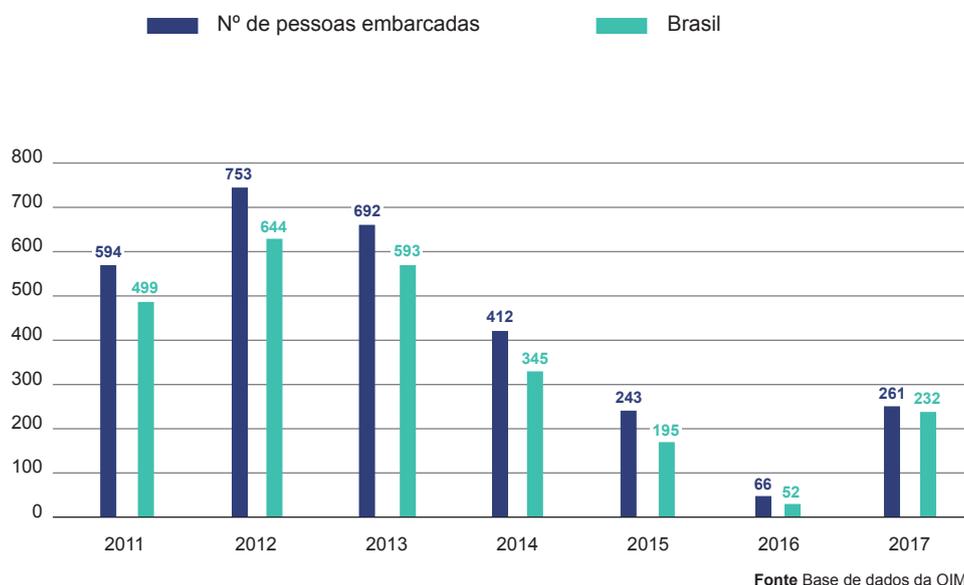
Nacionalidade <sup>4</sup>	%
Brasil	87,2%
Angola	2,4%
S.Tomé e Príncipe	2,1%
Ucrânia	1,8%
Cabo Verde	1,5%
China	1,5%
Venezuela	1,2%
Outros	2,1%

Fonte Base de dados da OIM

<sup>3</sup> Para efeitos de análise, teremos em conta os dados de todos os cidadãos retornados (327), salvo algumas exceções, devidamente assinaladas em que são considerados apenas os candidatos principais (176), uma vez que a informação referente aos membros do agregado será igual.

<sup>4</sup> A diferença percentual encontrada resulta de arredondamentos efetuados.

**Gráfico 3 Total de embarcados vs nº de embarcados para o Brasil, 2011 - 2017**

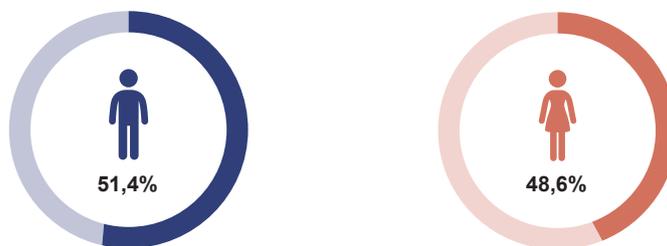


## 2.2 Gênero

51% dos retornados são de sexo masculino, 49% do sexo feminino. Ao desagregar os dados por ano de implementação mantêm-se esta tendência pese embora se verifique uma variação nas percentagens: de 51% (2016) para 55% (2017) no que concerne à representatividade do sexo masculino; de 49% (2016) para 45% (2017) no que concerne ao sexo feminino.

### EXISTE UMA MAIORIA DO GÊNERO MASCULINO.

**Gráfico 4 Distribuição dos retornados por Gênero - 2016/2017**



Fonte Base de dados do PRV

## 2.3 Tipologia dos Processos de Retorno

Em 2017 continuamos a registrar um maior número de pessoas a regressar individualmente, embora esta percentagem seja mais reduzida do que no passado. 58% dos que regressaram entre Setembro de 2016 e Dezembro de 2017, fizeram-no de forma individual. Contudo, desagregando estes dados por ano de implementação verificamos uma grande diminuição no retorno individual de 2016 (72%) para 2017 (53%). Ao mesmo tempo, assistimos a um aumento do número de agregados com duas ou mais pessoas que pede apoio para regressar: 28% em 2016 para 47% em 2017. Pese embora a prevalência continue a ser para uma candidatura de homens sozinhos, o aumento ao nível dos agregados familiares aumenta também a urgência no apoio a estas situações uma vez que em muitos casos existem menores envolvidos. No período em análise, a estrutura do agregado era composta em primeiro lugar pelos candidatos principais (54%), em segundo por filhos/enteados (27%) e por último pelo cônjuge/companheiro (18%).

### EXISTE UMA PREVALÊNCIA DE PROCESSOS DE RETORNO INDIVIDUAIS

Gráfico 5 Retorno individual e retornos de agregados entre 2016 e 2017



Fonte Base de dados da OIM

## 2.4 Faixa Etária

A maioria dos retornados durante o período em análise estava em idade ativa. Com efeito, 69% tinham idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos, desagregados da seguinte forma: 29% com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos, 21% entre os 31 e os 40, 10% entre os 41 e os 50 e 8% entre os 51 e os 60. Estes dados acompanham o que tem vindo a ser a tendência no âmbito do Programa de apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração e está relacionada com a natureza migratória, predominantemente de cariz económico dos que procuram o Programa. De realçar ainda a percentagem de 27% correspondente a menores, na sua totalidade incluídos em agregados familiares, que se explica pela percentagem considerável de famílias apoiadas, sobretudo em 2017.

**A MAIORIA DOS RETORNADOS ESTAVAM EM IDADE ATIVA E EXISTE UMA FORTE REPRESENTAÇÃO DE MENORES.**

**Gráfico 6** Distribuição dos retornados por faixa etária (% do total entre 2016 e 2017)

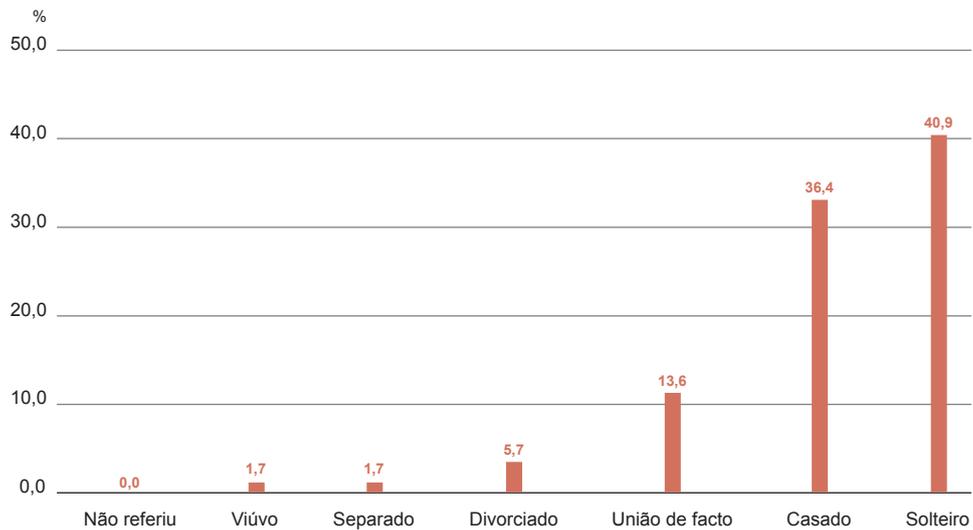


**Nota** A diferença percentual encontrada resulta dos arredondamentos efetuados

## 2.5 Estado Civil

Em relação ao estado civil dos candidatos principais retornados, no período em análise, 50% eram casados ou viviam em união de facto e 41% eram solteiros. Com menos expressão temos os candidatos divorciados (6%), separados (2%) e viúvos (2%). À semelhança de outros dados apresentados, estes dados estão também em linha com o perfil que temos vindo a referir e estão relacionados, sobretudo com a presença de agregados no período em análise.

**Gráfico 7 Estado civil dos retornados entre 2016 e 2017**



Fonte Base de dados da OIM

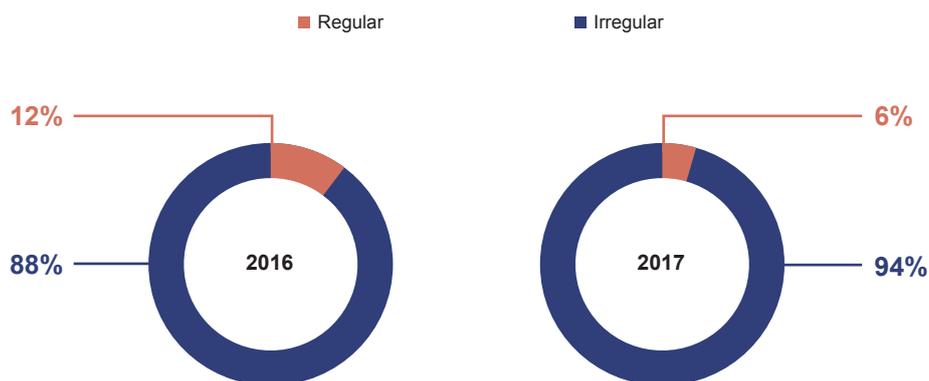
## 2.6 Situação Migratória

O Programa propõe-se apoiar todos os imigrantes em Portugal em situação de vulnerabilidade e sem os meios necessários para regressar, desde que não possuam nacionalidade de um país da UE, não tenham apresentado pedido para o efeito, e/ou não sejam familiares diretos de cidadãos com nacionalidade de um destes países.

No período em análise, 94% dos candidatos inscritos no Programa estava em situação irregular à data da entrevista. Entre estes, 56% não possuíam, à data da entrevista, qualquer tipo de visto (sobretudo cidadãos de nacionalidade brasileira beneficiando da isenção de visto de entrada) e 30% teve durante a sua permanência um visto válido que acabou por caducar. Por último, 4% dos candidatos inscritos estava à data da inscrição completamente indocumentado. Desagregando os valores verifica-se que os dados de 2016 para 2017 evidenciam um aumento de 6 pontos percentuais nos candidatos em situação irregular de 2016 para 2017. Esta situação está relacionada com o tempo de permanência que permanece baixo, como veremos de seguida. Actualmente, registamos mais pessoas a pedir apoio após uma estadia curta em Portugal, que corresponde geralmente ao ano em que chegaram e/ou ao ano anterior à chegada motivados pela dificuldade de regularizar a situação, o desemprego ou trabalho precário associado, e dificuldades de subsistência no país.

### PREVALÊNCIA DE RETORNADOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR

**Gráfico 8** Distribuição dos retornados por situação migratória entre 2016 e 2017



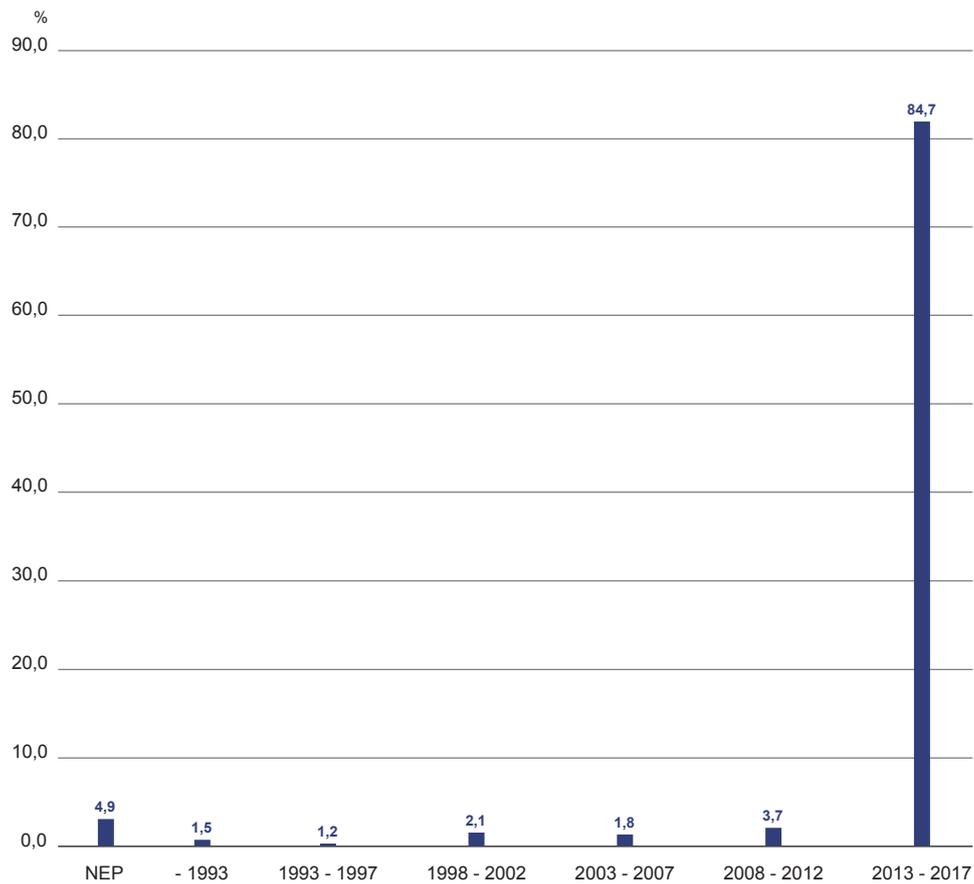
Fonte Base de dados da OIM

## 2.7 Tempo de Permanência em Portugal

No período em análise, a grande maioria dos cidadãos apoiados estava em Portugal há 5 anos ou menos. Assim, 85% dos retornados pediu apoio nos primeiros cinco anos de permanência, sendo que dentro deste período, 78% procuraram a OIM no ano em que chegaram ou no ano seguinte à chegada.

### NA MAIORIA DOS CASOS, O TEMPO DE PERMANÊNCIA EM PORTUGAL É INFERIOR A CINCO ANOS

**Gráfico 9** Distribuição dos cidadãos retornados por período de chegada a Portugal entre 2016 e 2017



Fonte Base de dados da OIM

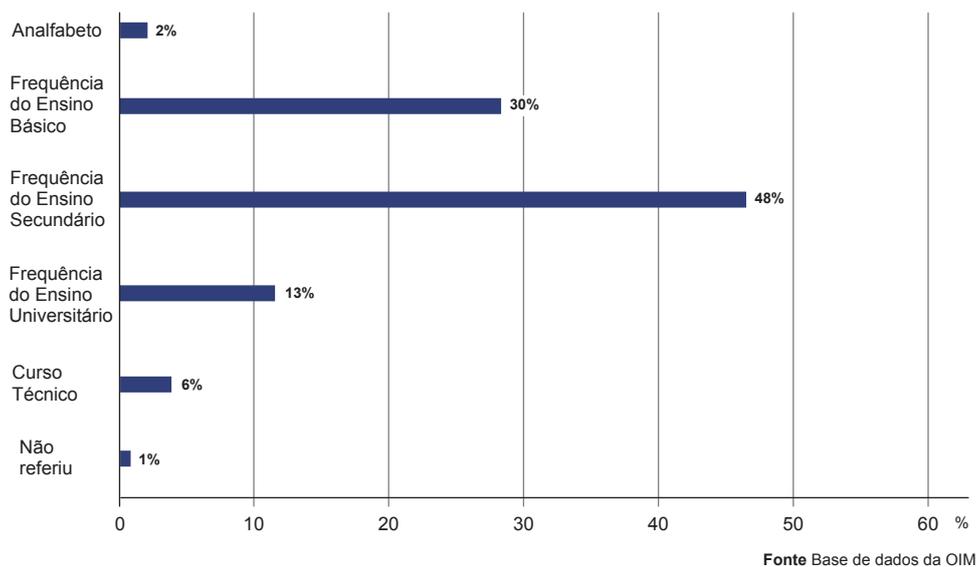
**Nota** A diferença percentual encontrada resulta dos arredondamentos efetuados

## 2.8 Nível de Escolaridade

A análise da distribuição dos cidadãos retornados entre 2016 e 2017 por habilitações literárias permite-nos concluir que a grande maioria possuía um nível de escolaridade médio: 48% dos candidatos haviam frequentado o ensino secundário e 30% o ensino básico; 13% tinham habilitações ao nível do ensino universitário e 6% ao nível do ensino técnico. No que concerne à percentagem de iletrados, verificou-se um valor na ordem dos 2%.

### EXISTE UMA PREPONDERÂNCIA DO NÍVEL MÉDIO DE ESCOLARIDADE

**Gráfico 10** Qualificação dos candidatos retornados entre 2016 e 2017



## 2.9 Local de Residência

À semelhança dos anos anteriores, mais de metade dos retornados residia, à data da entrevista, no distrito de Lisboa (57%). Já em relação ao resto do território, a distribuição aparece da seguinte forma: 14% dos candidatos residiam no Distrito de Setúbal, 9% no Distrito do Porto, 6% no distrito de Faro, 4% no Distrito de Aveiro, 2% nos distritos de Braga, Coimbra, Leiria e Santarém 1% nos Distritos de Évora, Viseu e Região Autónoma dos Açores.

De realçar uma maior preponderância nas áreas do litoral, nomeadamente nos distritos afetos às duas grandes Áreas Metropolitanas.

### OS CANDIDATOS RESIDIAM NA SUA MAIORIA NO DISTRITO DE LISBOA



#### Distribuição por Distrito - 2016 | 2017

Aveiro	7	4,0%
Beja	0	0,0%
Braga	4	2,3%
Bragança	0	0,0%
Castelo Branco	0	0,0%
Coimbra	3	1,7%
Évora	2	1,1%
Faro	10	5,7%
Guarda	0	0,0%
Leiria	3	1,7%
Lisboa	101	57,4%
Portalegre	0	0,0%
Porto	15	8,5%
Santarém	3	1,7%
Setúbal	25	14,2%
Viana do Castelo	0	0,0%
Vila Real	0	0,0%
Viseu	1	0,6%
RA Açores	0	0,0%
Ra Madeira	2	1,1%
<b>Total</b>	<b>176</b>	

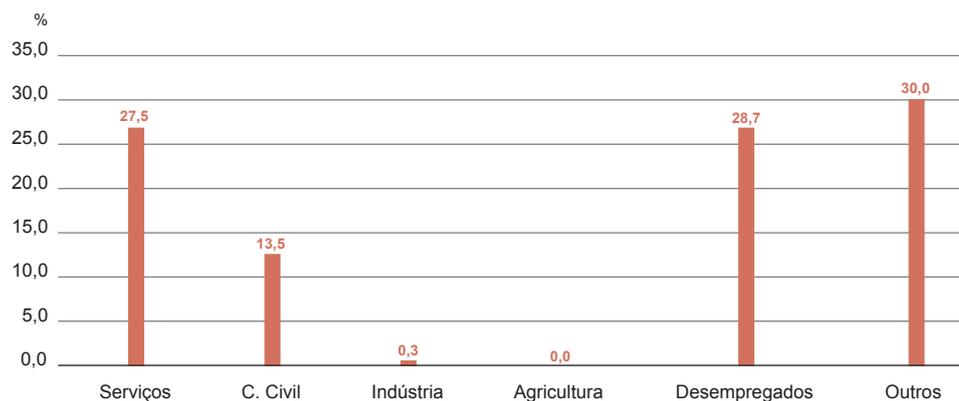
Fonte Base de dados da OIM

## 2.10 Setor de Atividade

À data da entrevista, os principais setores de atividade em que os beneficiários do programa trabalhavam durante a permanência em Portugal foram o da prestação de serviços (28%) e o da construção civil (14%). Importa ainda referir que a percentagem de desempregados, está na ordem dos 29%, sendo que destes, 94% estavam também em situação irregular à data da entrevista. De realçar também a categoria outros (30%) sendo que destes, 87% eram menores em idade escolar ou que não estavam ainda em idade escolar. Este valor é fortemente influenciado pela presença de agregados e menores.

### OS SETORES DE ATIVIDADE MAIS RELEVANTES SÃO OS SERVIÇOS E A CONSTRUÇÃO CIVIL

**Gráfico 11** Sectores de atividade dos candidatos principais em 2016 e 2017



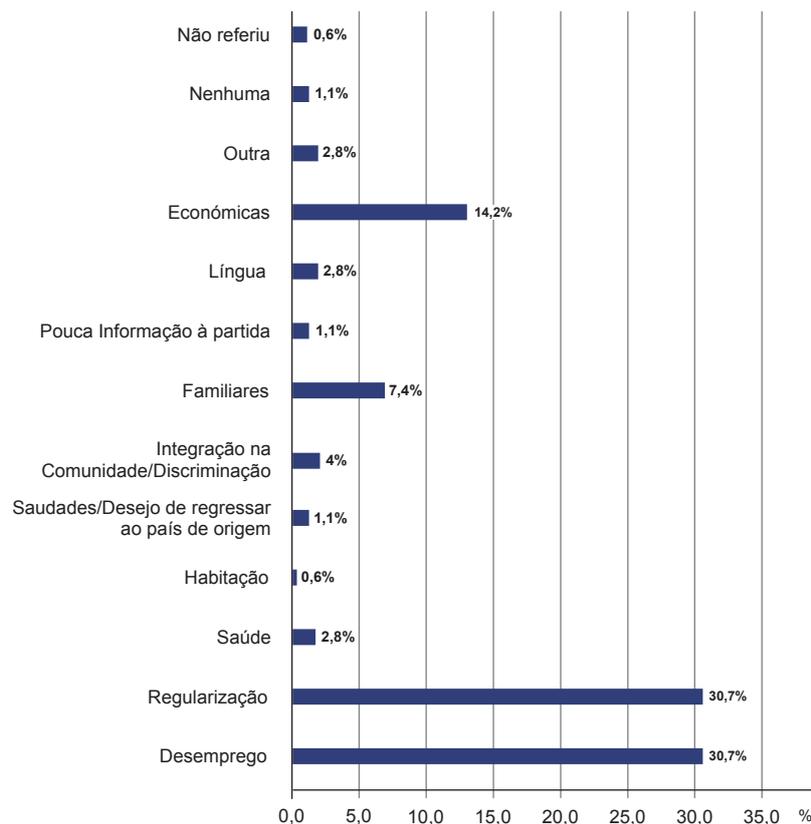
Fonte Base de dados da OIM

## 2.11 Principais Dificuldades sentidas em Portugal

A análise dos dados apresenta uma grande variedade de respostas quanto às principais dificuldades sentidas em Portugal. No entanto, a grande maioria dos candidatos refere as dificuldades de regularização e falta de emprego (31% cada) como principais dificuldades sentidas durante a sua permanência no país. Ademais, 14% alegaram que tiveram dificuldades económicas durante o período de permanência em Portugal. Mais uma vez, a análise dos dados mostra a interligação entre esta variável, o tempo de permanência em Portugal e a situação migratória dos candidatos.

### DESEMPREGO, SITUAÇÃO DE IRREGULARIDADE E DIFICULDADES ECONÓMICAS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES SENTIDAS EM PORTUGAL

**Gráfico 12 Principais dificuldades identificadas pelos candidatos principais em 2016 e 2017**



Fonte Base de dados da OIM

**Nota** A diferença percentual encontrada resulta dos arredondamentos efetuados

## 3 ATIVIDADES

### Atividades do Projeto ARVoRe VI



#### 1 Informação e Aconselhamento aos Beneficiários

- Apoio ao retorno ao país de origem
  - Apoio à Reintegração
- 



#### 2 Assistência Operacional

- Apoio logístico Pré-Partida
  - Preparação ao Apoio à Reintegração
- 

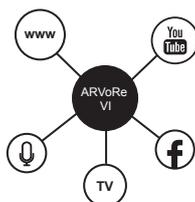


#### 3 Redes e Parcerias

- Rede de Informação e Aconselhamento em Portugal
  - Cooperação e Parceria no Brasil
- 



#### 4 Estudo sobre a Sustentabilidade da Reintegração no âmbito do Retorno Voluntário



#### 5 Divulgação do Programa

- Sensibilização e informação sobre o Projeto ARVoRe VI
  - Produção de material de visibilidade
  - Website
  - Campanha de Televisão e Rádio
-

### 3.1 Informação e Aconselhamento aos Beneficiários

#### INFORMAÇÃO E ACONSELHAMENTO SOBRE O RETORNO AO PAÍS DE ORIGEM

Os migrantes podem obter informação sobre o programa ARVoRe VI diretamente através da OIM por telefone, email, facebook e pelo site [www.retornovoluntario.pt](http://www.retornovoluntario.pt). Os materiais informativos estão disponíveis tanto no site, como em várias embaixadas e nos vários pontos da rede de aconselhamento e informação.

O primeiro contacto é feito no sentido de informar os potenciais beneficiários sobre as condições e funcionamento do programa e posterior agendamento de entrevista ou, no caso de não residir em Lisboa, encaminhamento para o parceiro mais próximo.

O aconselhamento é feito de forma individual e confidencial dando ao migrante os elementos necessários sobre a assistência prestada pela OIM e sobre a situação no país de origem para uma tomada de decisão consciente e informada. A entrevista no Programa é feita presencialmente e é feita a recolha de documentação bem como registo do processo para futura análise. No caso de existir alguma vulnerabilidade específica, a OIM faz o encaminhamento para os serviços de referência (serviços de saúde, alojamento temporário, apoio psicossocial, etc.).



#### ACONSELHAMENTO SOBRE O APOIO À REINTEGRAÇÃO NO PAÍS DE ORIGEM

Uma das prioridades do projeto é privilegiar o retorno informado e sustentável dos migrantes. Assim, o apoio à reintegração e o acompanhamento pós-chegada enquadram-se nesta linha de prioridade. Quando o processo está em fase de marcação da viagem, são analisados os pedidos de apoio à reintegração. Em parceria com os demais interlocutores, a OIM procura informar os beneficiários sobre este apoio bem como identificar os casos com necessidades específicas de reintegração.

As necessidades específicas são identificadas no momento da inscrição no programa, através de relatórios sociais/médicos e tendo por base informações relevantes partilhadas quer por instituições que acompanham localmente os beneficiários quer pelos próprios num momento posterior à entrevista.

Durante todo o processo a OIM Portugal articula com outras Missões nos países de origem, bem como com a rede de parceiros locais no Brasil. Este trabalho conjunto tem como objetivo trabalhar sobre as necessidades identificadas e encontrar respostas antes da viagem. É também importante no sentido de verificar e validar os planos individuais de reintegração.

## 3.2 Assistência Operacional

### APOIO LOGÍSTICO PRÉ-PARTIDA

Após análise do processo, o mesmo é enviado ao SEF para o eventual despiste de alguma situação legal que possa impedir o retorno ao país de origem. Quando estão reunidas todas as condições para a viagem, a OIM articula com as companhias aéreas e agências de viagens a compra de bilhetes de avião segundo a rota mais direta e económica. A OIM, prepara e providencia ao beneficiário todas as informações referentes ao seu procedimento de embarque. Quando necessário, apoia também o beneficiário na obtenção dos documentos de viagem, através da articulação com as Embaixadas e Serviços Consulares.

Sempre que for necessário é solicitado apoio dos escritórios da OIM em trânsito e à chegada.

No dia da viagem, a OIM está presente no aeroporto para dar assistência na partida, nomeadamente no check-in, posto de fronteira do SEF e embarque. No aeroporto é ainda entregue ao beneficiário 50€ de dinheiro de bolso para suportar despesas que possam surgir durante a viagem.

### FUNCIONAMENTO DO APOIO À REINTEGRAÇÃO

A seleção dos candidatos que recebem este apoio é feita segundo vários parâmetros: vulnerabilidades, experiência de trabalho, competências e aptidões que podem garantir a duração e sustentabilidade dos planos de reintegração, bem como a motivação em receber o apoio e colaborar com a OIM na implementação do Plano Individual de Reintegração (PIR).

O subsídio para o apoio à reintegração pode ir até ao máximo de 2000EUR.

Este subsídio é atribuído consoante as necessidades identificadas no PIR.

**O apoio é feito através de uma análise individual de cada caso, sendo que pode combinar vários tipos de apoio tais como: saúde, cursos profissionais, criação de pequenos negócios e apoio de emergência social.**

O Plano Individual de Reintegração é partilhado com as missões nos países de origem e parceiros locais (quando existem) antes da viagem para validação do mesmo.

O apoio à reintegração prevê, por parte das missões locais da OIM ou dos parceiros locais, a aplicação de dois questionários (por telefone ou presencial quando possível) após um mês e após seis meses do retorno, encaminhamentos para instituições relevantes que possam ser úteis ao beneficiário e acompanhamento durante os seis meses da implementação do Plano Individual de Reintegração.

No caso do Brasil, o acompanhamento pós-chegada é feito através de um parceiro local nos Estados de São Paulo, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais, sendo que todo o processo é coordenado pela OIM Brasil e OIM Portugal.

### 3.3 Redes e Parcerias

#### **REDE DE INFORMAÇÃO E ACONSELHAMENTO EM PORTUGAL**

O trabalho em parceria é uma das dimensões mais importantes no que concerne ao apoio ao retorno voluntário e à reintegração. Assim, a OIM tem vindo a promover, desde 2007, a existência de uma Rede de Informação e Aconselhamento que, atualmente, conta com mais de 60 parceiros. Esta Rede permite aproveitar a proximidade entre migrantes e instituições, bem como o conhecimento que estes atores têm da realidade local. Também permite ter um maior alcance no território multiplicando os canais de disseminação da informação ao nível local e descentralizando o aconselhamento aos migrantes.

Este mecanismo é constituído por Centros Locais/Nacionais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI's e CNAI's), Direções/Delegações Regionais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, associações de imigrantes e ONGs que trabalham no terreno na área da imigração, e estão distribuídos por todo o território de Portugal Continental e Ilhas.

Atualmente o volume de pedidos de apoio encaminhados pelos parceiros representam cerca de 60% do total. Conscientes da importância do trabalho em parceria, a OIM procurou envolver os pontos focais nas atividades implementadas, nomeadamente na organização das sessões de informação e esclarecimento que tiveram lugar durante o ano.

## COOPERAÇÃO E PARCERIA NO BRASIL

Nos últimos anos, o maior número de retornos e, conseqüentemente de apoios à reintegração, tiveram lugar no Brasil. Esta situação não foi diferente durante a primeira fase da implementação do projeto em que 79% dos beneficiários eram nacionais brasileiros. Com a abertura do escritório da OIM no Brasil, o apoio pós-chegada passou a ser articulado com o escritório que, por sua vez, contacta diretamente com os parceiros locais da rede. Tal como nos anos anteriores, esta rede foi criada com o intuito de melhorar o acompanhamento e monitorização dos beneficiários nos seus processos de reintegração. Os parceiros locais foram escolhidos consoante os seguintes critérios: presença em Estados brasileiros de maior retorno a partir de Portugal; natureza do trabalho desenvolvido nas comunidades locais; presença no território. Assim, foram celebrados acordos entre a OIM e cinco ONGs locais, nomeadamente: a Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (ASBRAD) com intervenção em São Paulo; o Projeto Resgate com intervenção em Goiás; o Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS) com intervenção no Paraná e no Rio de Janeiro; o Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (SPMNE) com intervenção em Pernambuco; e o Instituto DH com intervenção em Minas Gerais. Assim, o acompanhamento pós-chegada torna-se muito mais eficiente quando realizado por entidades locais próximas dos beneficiários.

### Estados brasileiros com parceiros locais



### 3.4 Divulgação do Programa ARVoRe VI

#### **SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE RETORNO VOLUNTÁRIO ASSISTIDO EM PORTUGAL E O PROJECTO ARVORE VI**

A OIM organiza regularmente sessões de sensibilização e informação com os parceiros locais e outras entidades relevantes no território, com o objetivo de apresentar o Projeto aos diferentes intervenientes e compreender os contextos em que operam; ampliar a informação existente sobre o Programa, sensibilizar e estimular a participação das diferentes entidades que de uma forma ou da outra trabalham em contacto direto com a população migrante.

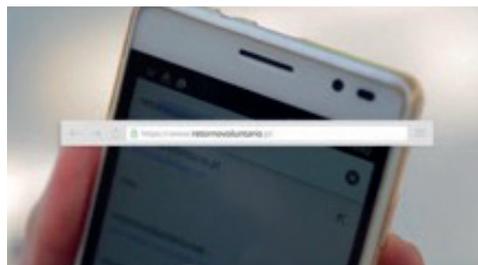
Entre Setembro de 2016 e Dezembro de 2017, foram organizadas 9 sessões de informação, que contaram com a participação de 116 técnicos em representação de um variado conjunto de atores: municípios, segurança social, Centros Nacionais e Centros Locais de Apoio aos Migrantes, organizações da sociedade civil, IPSS, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e representações diplomáticas.

Regra geral, os intervenientes já conheciam o trabalho que a OIM vem fazendo no que concerne ao apoio ao retorno voluntário assistido. Uma grande parte estava já familiarizada com os procedimentos de encaminhamento e com os atores, quer por força do trabalho local que os parceiros da Rede de Informação e Aconselhamento fazem, quer por experiências passadas relacionadas com o encaminhamento de situações. Não obstante, estas sessões foram importantes para manter os parceiros e demais atores a par do que a OIM tem vindo a promover nesta área, familiarizar-se com novos procedimentos e também com novos materiais de suporte.

Os participantes especialmente nas sessões realizadas fora de Lisboa, sublinham a importância da existência deste tipo de programas para uma resposta eficaz a uma necessidade muito específica, que é o retorno ao país de origem, para o qual nenhum serviço disponibiliza resposta para além da OIM. Mencionam ainda a dificuldade de dar resposta às situações não elegíveis no âmbito do Programa, nomeadamente os cidadãos nacionais de países da UE.

#### **CAMPANHA NA TELEVISÃO E RÁDIO**

Com o objetivo de aumentar a visibilidade do programa e de o dar a conhecer a um maior número de potenciais beneficiários, a OIM criou novas ferramentas de disseminação para o público geral.



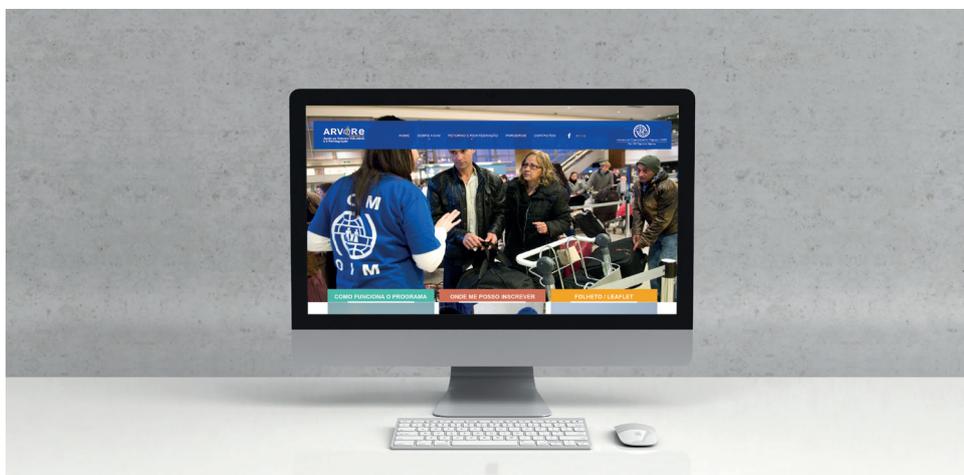
OIM Retorno Voluntário e apoio à Reintegração

A primeira vaga do spot de televisão e rádio passou entre os dias 9 e 13 de outubro nos canais de televisão SIC e RTP1 e no canal de rádio TSF, com um total de 63 spots. A segunda vaga aconteceu entre os dias 20 e 24 de novembro na rádio TSF e no canal TV Record e entre os dias 20 de novembro e 3 de dezembro na SIC notícias, com um total de 93 spots. A terceira vaga, por sua vez, aconteceu entre os dias 5 a 12 de março 2018.

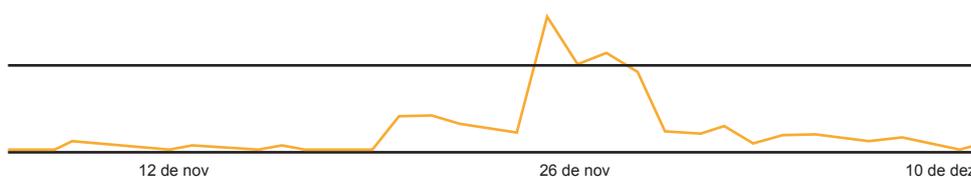
## WEBSITE

Uma das prioridades do programa ARVoRe VI é a de aumentar a acessibilidade da informação para os potenciais beneficiários bem como os técnicos que trabalham no atendimento a migrantes em Portugal. Assim, a OIM criou um website em português e inglês com informação referente ao Programa – ARVoRe VI:

[www.retornovoluntario.pt](http://www.retornovoluntario.pt), que ficou online a 31 de julho de 2017.



O website disponibiliza informações sobre o funcionamento do programa, quem pode beneficiar, que documentos são necessários para fazer a inscrição bem como toda a rede de parceiros em Portugal onde é possível fazer a inscrição. Por outro lado, estão também disponíveis histórias de pessoas que já beneficiaram do programa, um vídeo que foi feito com beneficiários do apoio à reintegração no Brasil, o spot de televisão, estudos ligados ao retorno voluntário assistido e os dados estatísticos mensais do Programa. Foi possível perceber que houve um aumento significativo de acessos ao website entre os dias 20 a 28 de novembro, com um pico a 25 de novembro (301 usuários). Este aumento coincide com o período da segunda vaga do spot de televisão e rádio<sup>5</sup>. Até à data de 31 de dezembro foram registadas 4901 visualizações da página, sobretudo com origem em Portugal (1122) e Brasil (508).



<sup>5</sup> O google analytics só ficou agregado ao website no dia 9 de outubro e por isso não existem dados anteriores a esta data.

## PRODUÇÃO DE MATERIAL DE VISIBILIDADE

Para além do website foram criados novos materiais de visibilidade, nomeadamente, um poster, disponível em português e em inglês e um folheto disponível em 9 línguas - português, inglês, francês, mandarim, russo, árabe, hindi, nepalês e bengali - todos eles disponíveis para download no website. Até à data foram distribuídos um total de 8554 entre folhetos e posters para um total de 145 instituições incluindo parceiros da Rede de Informação e Aconselhamento, Rede de Centros Locais de Apoio ao Migrante, Direções e Delegações Regionais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Embaixadas e Consulados representados em Portugal.



### 3.5 Sustentabilidade da Reintegração no âmbito do Retorno Voluntário Assistido<sup>6</sup>

Uma das componentes do Programa ARVoRe VI é reforçar a dimensão de investigação do programa e, em particular, aprofundar aspetos ligados à sustentabilidade da reintegração.

Nesse sentido, a OIM celebrou uma parceria com o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra em maio de 2017, com o objetivo de desenvolver uma metodologia para avaliar a sustentabilidade da reintegração. A metodologia está a ser desenvolvida e deverá ser aplicada pela primeira vez durante o projeto ARVoRe VI e replicada em futuros projetos. Na base da metodologia está um conjunto de indicadores, desenvolvidos pela OIM e aplicados no âmbito do estudo MEASURE (2017), que serão adaptados ao contexto de Portugal.

Foram realizados encontros periódicos com o investigador responsável pelo estudo, Professor Doutor Pedro Góis, para discussão do trabalho a desenvolver.

<sup>6</sup> Considera-se reintegração sustentável quando os retornados atingem níveis de autossuficiência económica, estabilidade social nas suas comunidades e bem-estar psicossocial que lhes permita lidar com variáveis de (re)migração. Quando a reintegração sustentável é alcançada, os retornados são capazes de tomar decisões migratórias por escolha, e não como uma questão de necessidade." (OIM, 2017, *Towards an integrated approach to reintegration in the context of return*)

## 4 APOIO À REINTEGRAÇÃO

### Esquema exemplificativo da metodologia do Apoio à Reintegração

#### PORTUGAL

##### Potencial Beneficiário

Após marcação da viagem para o País de Origem, os potenciais beneficiários são contactados para discutir o apoio à reintegração;

PORTUGAL

##### Aconselhamento sobre a Reintegração

OIM identifica necessidades e sugere opções para uma reintegração mais sustentável;  
É elaborado em conjunto um Plano Individual de Reintegração para cada beneficiário;

##### Cooperação entre escritórios da OIM

Encaminhamento dos casos para a missão no País de Origem;  
Coordenação com os parceiros locais (no caso do Brasil) através da missão local da OIM;

NO PAÍS DE ORIGEM

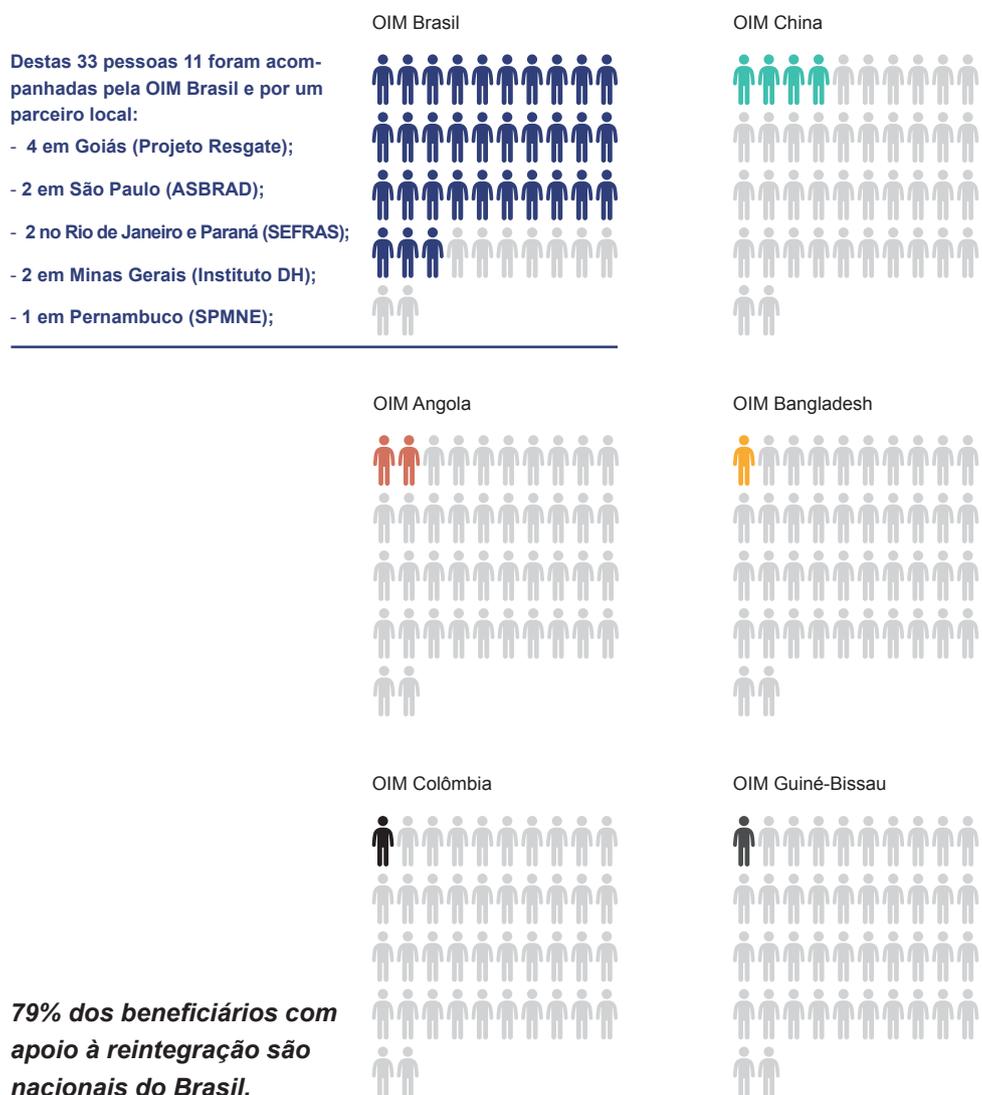
##### Acompanhamento e Monitorização no País de origem pela OIM e/ou Parceiro local durante 6 meses

Telefonema uma semana após chegada;  
Transferência do subsídio de reintegração em duas parcelas;  
Aplicação de um questionário um mês após a chegada;  
Aplicação de um segundo questionário seis meses após o regresso;  
Coordenação com a OIM Portugal durante todo o processo;

## 4.1 Países de Retorno

Ao longo da implementação do Projeto ARVoRe VI foram apoiadas 42 pessoas com assistência à reintegração. O seguinte gráfico mostra para que países retornaram os beneficiários e, no caso do Brasil, qual a entidade que fez o acompanhamento e a monitorização. O acompanhamento e monitorização nos restantes países são feitos pela missão local da OIM.

**Gráfico 13 Acompanhamento e Monitorização por Nacionalidade**

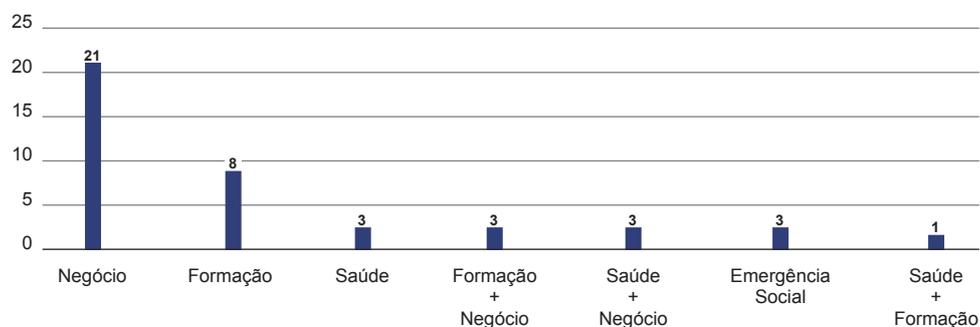


Tal como anteriormente, o Brasil continua a ser o país com mais retornos e consequentemente, com a maior percentagem (79%) de beneficiários com apoio à reintegração.

## 4.2 Tipologia do Plano Individual de Reintegração (PIR)

O Plano Individual de Reintegração é elaborado em conjunto com um técnico da OIM Portugal e com o beneficiário. Este plano pretende atender às necessidades do beneficiário, à exequibilidade do mesmo e contexto local. Assim, dos 42 beneficiários com apoio à reintegração, 21 regressaram ao país de origem com um plano para criar um pequeno negócio, 8 para fazer uma formação, 3 para questões relacionadas com a saúde. Os restantes 10 tiveram um plano misto que envolveu a conjugação de dois tipos de apoio, como exemplificado na seguinte figura.

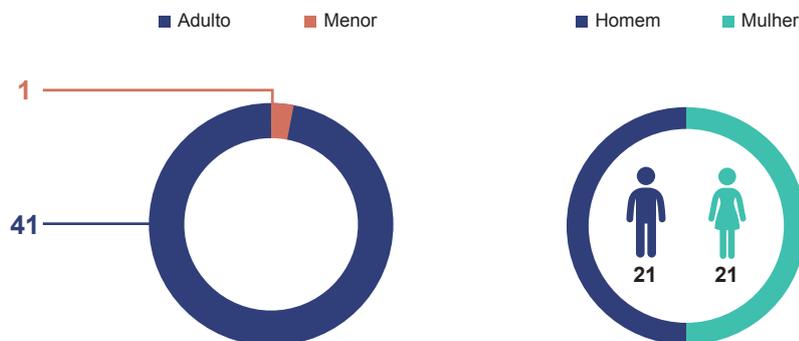
**Gráfico 14** Tipologia do Apoio



## 4.3 Idade e Género

Foram apoiados 41 beneficiários com idades entre os 18 e 57 anos e 1 menor com 17 anos. Relativamente ao género, foram apoiados 50% de mulheres e homens.

**Gráfico 15** Distribuição por Idade e Género



## 4.4 Implementação do Plano Individual de Reintegração

Das 42 pessoas que tiveram apoio à reintegração, 11 já acabaram o período de implementação dos respetivos Planos Individuais de Reintegração (PIR) e as restantes 31 ainda estão no período dos 6 meses de implementação. O seguinte quadro dá-nos uma visão geral dos 11 PIR implementados.

Implementação do PIR como planeado

**7 Casos**

---

Não implementação do PIR na totalidade por ter sofrido um assalto (roubo do material comprado)

**2 Casos**

---

Não implementação do PIR na totalidade por uso do recurso para outros fins

**1 Caso**

---

Beneficiário faleceu devido a doença prolongada (tinha recebido apoio para a saúde)

**1 Caso**

---



## 4.5 Monitorização da Reintegração

Como mencionado anteriormente, o apoio à reintegração pressupõe o acompanhamento e monitorização dos beneficiários. Para além do contacto regular entre os beneficiários e a OIM no país de origem e/ou o parceiro local, está previsto a aplicação de dois questionários de monitorização ao longo dos seis meses do acompanhamento.

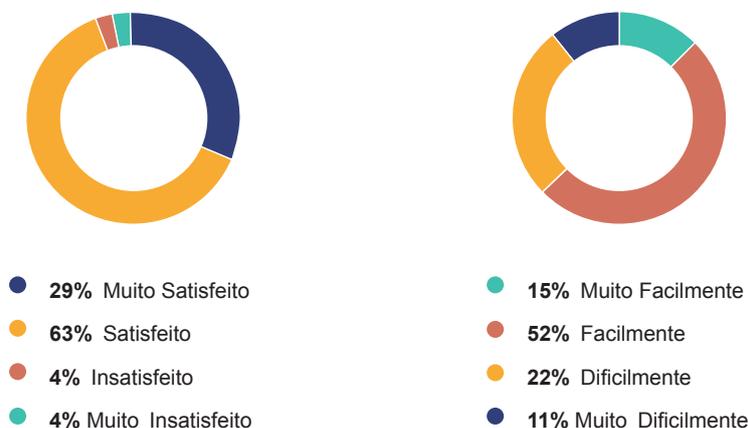
A monitorização e o acompanhamento têm como finalidade apoiar os beneficiários na formulação dos objetivos pessoais relacionados com o seu Plano Individual de Reintegração (PIR), perceber a evolução da implementação do PIR e apoiar o beneficiário no cumprimento do mesmo. Este processo permite recolher informação sobre as diferentes fases do processo de reintegração a nível psicossocial e económico, bem como perceber o impacto do apoio à reintegração na vida do beneficiário.

***“Apoio exato, no momento exato.....é como se... você está afogando... e uma pessoa te dá a mão”.*** Testemunho de um beneficiário no momento da visita de acompanhamento pelo Instituto DH.

Relativamente aos questionários, o primeiro é aplicado um mês após o retorno, no momento da visita presencial pelos parceiros locais no Brasil (quando existem) ou por telefone nas restantes situações. Um segundo questionário é aplicado<sup>7</sup> após o beneficiário estar há seis meses no país de origem. À data deste relatório, foram recolhidos 27 primeiros questionários e 3 segundos questionários. Assim, os dados apresentados fazem referência aos 27 questionários recolhidos após o primeiro mês no país de origem. Foram recolhidos 24 questionários do Brasil, 1 da Guiné-Bissau, 1 da China e 1 do Bangladesh.

Os resultados dos 27 primeiros questionários mostram-nos que 92% dos beneficiários estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o regresso ao país de origem e 67% refere que a adaptação ao país de origem está a ser fácil ou muito fácil.

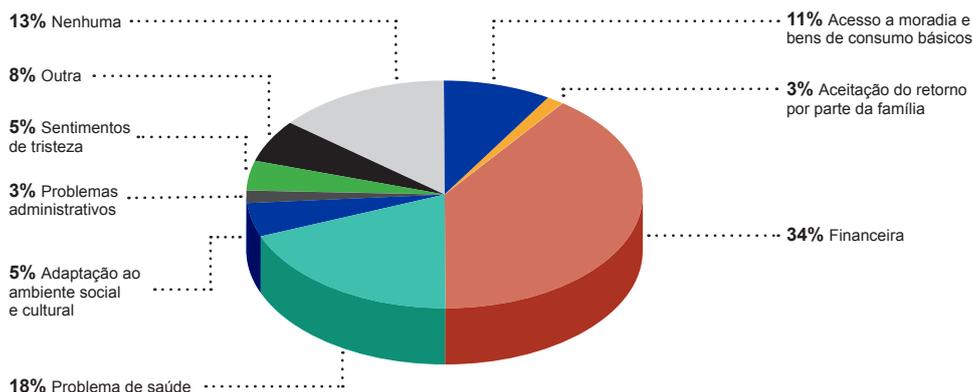
**Gráfico 16 Satisfação com o regresso ao país de origem e adaptação à vida no país**



<sup>7</sup> Também o segundo questionário é aplicado presencialmente quando o beneficiário é acompanhado por um parceiro local no Brasil ou por telefone nas outras situações.

O gráfico seguinte evidencia as principais dificuldades encontradas durante o primeiro mês, sendo as mais recorrentes, as questões financeiras (34%) e as questões de saúde (18%). 13% dos beneficiários referem não ter sentido nenhuma dificuldade.

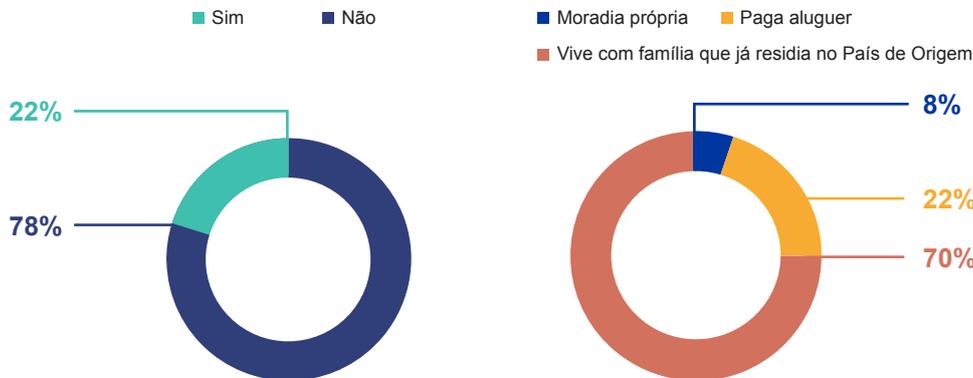
**Gráfico 17 Dificuldades encontradas durante o 1.º mês no país de origem**



78% dos beneficiários referem não ter sofrido nenhuma mudança na vida conjugal após um mês do retorno. Os 22% que referem ter sofrido mudanças, representam três separações e um casamento.

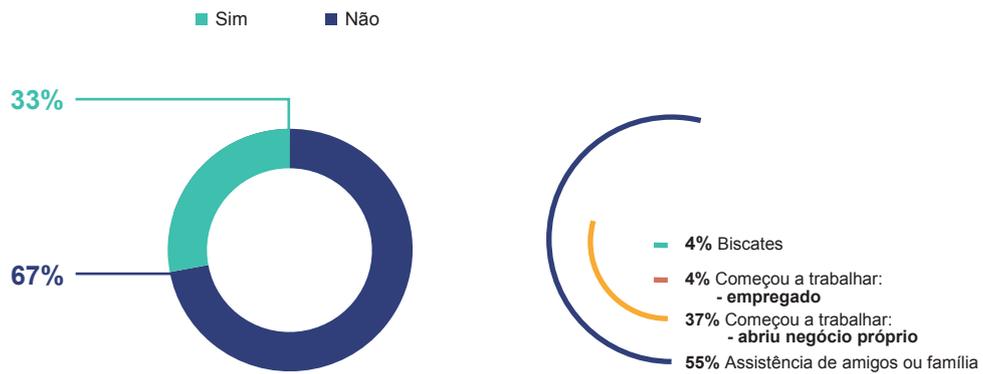
Relativamente à habitação, 70% dos beneficiários refere viver com família que já residia no país de origem, 22% estavam a pagar aluguer e 8% já tinha uma moradia própria no país de origem.

**Gráfico 18 Mudança na vida conjugal e Situação relativamente à habitação**



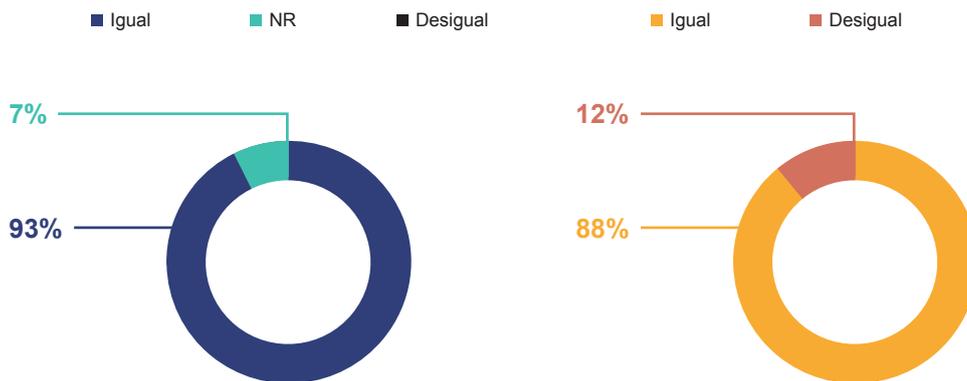
Quanto à independência financeira, 33% dos beneficiários diz ser autossuficiente financeiramente e 67% diz não o ser. Quanto ao sustento, 55% dos inquiridos referem depender de assistência de amigos ou família e 37% abriram um negócio próprio de acordo com o Plano Individual de Reintegração.

**Gráfico 19 Autossuficiência Financeira e Forma de Sustento**



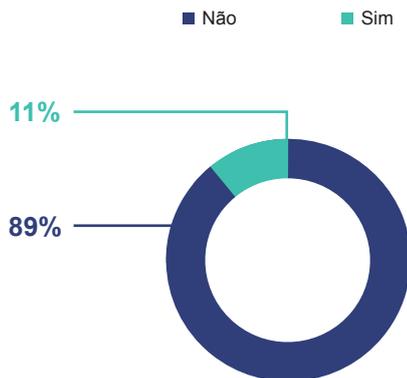
93% dos beneficiários sente-se em igualdade de circunstâncias com a população local no acesso aos serviços de saúde. Relativamente ao acesso ao mercado de trabalho, 88% dos beneficiários sentem-se em igualdade de circunstâncias relativamente à população local.

**Gráfico 20 Igualdade no acesso à saúde e ao mercado laboral**



Das 27 pessoas que responderam ao questionário, somente 11% quis alterar o Plano Individual de Reintegração, sendo que 89% mantiveram o plano original.

**Gráfico 21 Mudança do Plano Individual de Reintegração**



## PLANO INDIVIDUAL DE REINTEGRAÇÃO: NEGÓCIO

Dos questionários aplicados aos beneficiários, 19 decidiram iniciar um pequeno negócio. A seguinte tabela mostra os diferentes negócios planeados pelos beneficiários. É possível perceber que existe uma variedade significativa na tipologia dos negócios planeados e implementados.

Dos beneficiários que escolheram dar início a um negócio próprio, 95% já tinha experiência anterior na área do negócio.

### Tipologia dos Negócios

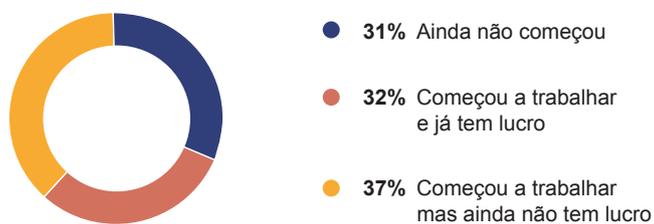
Salão de Cabeleireiro	<b>3</b>
Artesanato	<b>3</b>
Revenda de Roupas	<b>3</b>
Venda de doces e salgados	<b>2</b>
Mini mercado e café	<b>2</b>
Construção Civil	<b>1</b>
Empresa de prestação de serviços	<b>1</b>
Estúdio de Tatuagem	<b>1</b>
Espetáculo Teatral	<b>1</b>
Academia de Kung Fu	<b>1</b>
Estúdio de Fotografia	<b>1</b>

**Gráfico 22 Experiência na área de negócio e perspectiva de autossuficiência a seis meses**



Após um mês do retorno, 37% dos beneficiários já tinham dado início ao negócio, mas ainda não tinham lucro, 32% já teve lucro e 31% ainda não tinham iniciado o negócio. 95% dos beneficiários pensa ser autossuficiente financeiramente 6 mês após iniciar o negócio.

**Gráfico 23 Fase do Negócio após um mês de Retorno**



## PLANO INDIVIDUAL DE REINTEGRAÇÃO: FORMAÇÃO

Dos inquiridos aplicados aos beneficiários, 6 decidiram fazer uma formação técnica.

A seguinte tabela identifica os diferentes cursos planeados pelos beneficiários.

É possível perceber que existe uma predominância nos cursos de Estética e Cabeleireiros.

### Tipologia das Formações

Curso de Estética e Cabeleireiro	<b>3</b>
Curso de Confeitaria	<b>1</b>
Workshop de Tatuagem Oriental	<b>1</b>
Curso de Motociclos	<b>1</b>

Todos os beneficiários que optaram por iniciar uma formação, perspetivam inserir-se no mercado de trabalho após finalizar o respetivo curso.

## SATISFAÇÃO COM O ACONSELHAMENTO DA OIM

Os resultados deste primeiro questionário mostram-nos ainda que 78% dos inquiridos estavam muito satisfeitos e 22% satisfeitos com o aconselhamento feito pela OIM Portugal relativamente ao retorno ao país de origem.

**Gráfico 24 Satisfação com o aconselhamento da OIM Portugal**

● 78% Muito Satisfeito      ● 22% Satisfeito



